



A construção de uma caça às bruxas moderna

por Richard Webster

Dezembro 2010 — www.richardwebster.net

EM LISBOA, NA PASSADA SEXTA-FEIRA, 3 de Setembro, concluindo um julgamento que se prolongou por quase seis anos, seis arguidos foram considerados culpados de terem abusado sexualmente de trinta e dois rapazes adolescentes que tinham sido residentes em colégios da Casa Pia, organismo estatal de educação de menores. Segundo a notícia que apareceu no *The Guardian* do dia seguinte, a sentença ‘denunciou a verdade de mais de três décadas de boatos sobre o abuso sistemático de rapazinhos nos diversos colégios da Casa Pia, entidade com 230 anos’.

E quando os juízes do tribunal de Lisboa leram o acórdão, no meio de uma segurança enorme, o principal arguido do processo, Carlos Silvino, que fora acusado de mais de 600 acusações de abuso sexual ou violação de todos os 32 rapazes implicados no processo, foi condenado a 18 anos de prisão. Silvino era um antigo aluno interno dos colégios, que tinha sido mais tarde

empregado pela Casa Pia como jardineiro e depois como motorista. Segundo a versão do caso apresentada pela maioria dos jornalistas portugueses, tinha sido a figura central de uma rede de pedofilia que fornecia rapazes adolescentes dos colégios para serem abusados sexualmente por pessoas de boa posição social e por celebridades.

Além de Silvino, os arguidos incluíam Carlos Cruz, um dos apresentadores de televisão mais conhecidos de Portugal; ao seu lado, no banco dos réus, estavam Jorge Ritto, diplomata de

carreira e antigo embaixador na UNESCO; o advogado Hugo Marçal; o médico João Ferreira Diniz; e o antigo provedor adjunto da instituição, Manuel Abrantes. Estes cinco arguidos foram pronunciados em relação a sete das 32 alegadas vítimas e receberam sentenças de cinco a sete anos de prisão. O sétimo arguido era Gertrudes Nunes, de 68 anos, acusada de ter disponibilizado a sua casa para local dos abusos, que foi absolvida.

RICHARD WEBSTER
Casa Pia
A construção de uma
caça às bruxas moderna

O texto completo de *Casa Pia: a construção de uma caça às bruxas moderna* será publicado em formato de bolso em português no início de 2011. Os pormenores sobre a data da publicação e como encomendar desde já o livro serão indicados logo que possível em www.richardwebster.net

'Um monstruoso erro judicial'

Para os jornais que mencionaram esta história no Reino Unido, parecia haver pouca dúvida em como tinha sido descoberta uma conspiração sinistra e os seus membros principais finalmente levados à justiça. A natureza diabólica desta suposta conspiração era realçada pelo modo como os jornalistas descreviam persistentemente uma rede de internatos do Estado em Lisboa, para jovens até aos 18 anos de idade (muitos deles provenientes de lares destruídos), como uma espécie de 'orfanatos'.

'Para a maior parte das pessoas', escreveu Jerome Taylor no *The Independent*, 'os "orfanatos" do Estado em Portugal pareciam ser um refúgio seguro para milhares de crianças que tinham sido privadas dos seus pais . . . Mas para uma rede de pedofilia das elites, que incluía um antigo embaixador e uma grande celebridade da televisão, os orfanatos da Casa Pia eram algo totalmente diferente. Eram supermercados cheios de crianças prontas a serem abusadas.'

Também para muitos observadores em Portugal, as condenações pareciam encerrar um escândalo enorme. O processo da Casa Pia agarrou, fascinou e indignou a nação durante quase oito anos e, aparentemente por acaso, prejudicou gravemente o Partido Socialista. Mas embora algumas notícias mal tivessem mencionado o facto,

The Independent teve o escrúpulo de reconhecer que, embora o julgamento tivesse acabado, as discussões sobre o caso estão longe do fim. Apontando que Silvino se tinha confessado culpado, acrescentava que o mais conhecido dos arguidos, o célebre apresentador televisivo Carlos Cruz, que era conhecido em Portugal como o 'Sr. Televisão', tinha rejeitado o veredicto e comprometera-se a continuar a lutar. Segundo Cruz: 'Este é um dos erros judiciais mais monstruosos na história portuguesa.'

Os outros quatro arguidos importantes que tinham sido condenados também protestaram a sua inocência durante o julgamento. Já tinham estado em prisão preventiva, mas o julgamento arrastou-se por tanto tempo que o período legal dessa medida de coacção acabou por caducar. Todos eles, tal como Cruz, aguardam em liberdade o trânsito em julgado, porque, em Portugal, uma sentença de prisão fica suspensa automaticamente quando um arguido recorre para um tribunal superior.

A maioria das pessoas que observam à distância o

processo da Casa Pia considera os recursos como coisa de rotina. Mas há muitas razões para levar com a máxima seriedade as objecções de Cruz (que expôs num site da Internet, www.processocarloscruz.com, lançado em Junho de 2010), e os protestos de inocência feitos pelos outros arguidos.

O humorista e o político

Um dos pontos essenciais para o afirmar é que as condenações assentam em pressupostos que, como até o tribunal reconheceu, não têm qualquer base material. Em vez de apresentar provas sólidas de que os crimes foram cometidos, o tribunal partiu do princípio de que uma alegação é capaz de corroborar outra. Além disso, o depoimento de Carlos Silvino, figura central do julgamento, teve um papel crucial.

Não parece haver dúvidas de que Silvino é culpado de um número significativo dos 630 crimes de que foi acusado. Mas quando foi preso, negou repetidas vezes as insinuações que lhe faziam, de que fazia

parte de uma rede de pedofilia. Só depois de ter mudado várias vezes de advogado e ter José Maria Martins, um antigo polícia, como o seu quinto advogado, é que foi persuadido a 'cooperar' com a polícia e a ajudar a construir o libelo acusatório contra os outros arguidos.

Por esta altura, o Ministério Público já tinha desistido da ideia de que haveria uma rede

organizada de pedofilia, e substituiu-a pela noção de 'grupo informal'. A vantagem disto, de ponto de vista da acusação, era esta: enquanto que ser membro de uma rede de pedofilia indicava uma conspiração criminosa, que necessitaria de provas para ser substanciada, a existência de um 'grupo informal' não tinha implicações legais e podia ser proposta sem provas. A narrativa da rede de pedofilia, que fora criada no início da investigação, foi, portanto, abandonada pelo Ministério Público, mas, ao mesmo tempo, foi continuada pelos jornalistas.

Mas ainda faltavam provas em apoio da acusação. Pelas transcrições do julgamento que foram noticiadas na imprensa portuguesa, deduz-se com bastante clareza que Silvino foi levado a acreditar que, se se considerasse culpado de todas as acusações contra ele e concordasse em depor contra os outros arguidos, viria a ser beneficiado. Receberia uma pena reduzida, de quatro ou cinco anos (ou até uma pena suspensa) em vez dos 25 anos com que a polícia o estava a ameaçar.



Carlos Silvino

Este género de acordo extra-oficial é ilegal segundo a lei portuguesa. Foi talvez por isto que, no fim, Silvino foi condenado a 18 anos de prisão. Todavia, o facto de lhe terem negado a clemência que lhe tinham prometido não deve fazer-nos esquecer o papel que desempenhou em ajudar à condenação dos outros arguidos.

A qualidade das alegações que Silvino teve de ‘corroborar’ pode calcular-se pelo que aconteceu a três pessoas que por pouco não foram a julgamento com os restantes arguidos.

Entre as figuras públicas que enfrentaram alegações relacionadas com a Casa Pia em 2003 encontravam-se Paulo Pedroso, um político socialista muito considerado e antigo Ministro do Trabalho e da Solidariedade; Francisco Alves, um distinto explorador subaquático; e um famoso humorista da TV, Herman José.

O caso de Herman José é talvez o mais revelador. Tendo sido acusado de vários crimes de abuso sexual de menores internados na Casa Pia, foi intimado a apresentar-se em tribunal em Maio de 2003, como arguido de ter abusado sexualmente de um adolescente. Todavia, conseguiu provar que, na altura em questão, estava a gravar um programa de televisão no Brasil. Ao que parece, tinha sido escolhido para alegado suspeito por ser uma



Herman José

personalidade muito conhecida. Perante estas provas, a juíza Ana Teixeira e Silva despronunciou o arguido.

O caso de Paulo Pedroso, que chegou a ser considerado um futuro líder do Partido Socialista, seguiu o mesmo caminho. Veio a provar-se que só tinha sido nomeado pelo seu primeiro acusador depois de terem mostrado ao jovem um ‘álbum’ com fotografias de cerca de oitenta pessoas. A fotografia de Pedroso aparecia juntamente com outras de vários políticos. O que aconteceu foi que o nome de Paulo Pedroso tinha sido citado pela alegada ‘vítima’ em resposta a um teste de escolhas múltiplas. Só depois de os investigadores terem conseguido criar um

enquadramento para esta alegação é que outros antigos residentes da Casa Pia fizeram acusações contra Pedroso.

Em Maio de 2004, ao serem examinadas as provas contra Pedroso, o processo que havia contra ele foi



Paulo Pedroso

arquivado. O mesmo aconteceu com Francisco Alves. Mas isto não foi o fim do assunto para Pedroso, que passou quatro meses em prisão preventiva e viu a sua carreira política destruída. Em 2005, durante o julgamento, Carlos Silvino (por alcunha ‘Bibi’), ao depor sobre uma ocasião em que disse que tinha levado vários adolescentes para orgias sexuais em casa de um dos arguidos, afirmou que Pedroso tinha estado presente nestas orgias.

Aterando as provas

Estas alegações baseavam-se em depoimentos que tinham sido recolhidos durante a fase de investigação do processo, e os advogados de Pedroso apresentaram imediatamente uma queixa contra os seus autores por difamação. Mas foi um dos advogados das alegadas vítimas que fez o comentário mais revelador. António Pinto Pereira criticou a decisão de não pronunciar Pedroso. ‘Não há margem para dúvidas de que Paulo Pedroso tem de ser julgado,’ disse. ‘O que esteve na origem da sua não-pronúncia foram os mesmos factos que levaram à pronúncia dos outros arguidos.’ Neste ponto, Pereira tinha toda a razão. Se havia motivos para levar Carlos Cruz a julgamento, então devia ter acontecido o mesmo a Pedroso. Porque os jovens que acusaram Pedroso eram exactamente os mesmos que acusaram Carlos Cruz: até citaram o mesmo local e as mesmas ocasiões.

O que Pereira parece não ter compreendido é que a sua análise aplica-se, ou devia aplicar-se, para ambos os lados. Porque o que este incidente parecia sugerir

era que as provas que levaram os arguidos do processo da Casa Pia a ser julgados poderiam não ser mais fiáveis do que as provas dos casos que foram arquivados, e muito bem.

Se ainda restassem algumas dúvidas, deviam finalmente dissipar-se com um dos acontecimentos mais extraordinários que aconteceram para o fim do julgamento da Casa Pia. E embora este acontecimento fosse estranho, foi completamente ignorado pela imprensa de língua inglesa.

O que aconteceu foi que, em consequência de investigações diligentes levadas a cabo pela sua defesa, os arguidos conseguiram demonstrar que, num número de casos, não podiam ter estado, na altura indicada, onde os alegados crimes supostamente tinham ocorrido. Num dos casos, o consultório médico onde teriam ocorrido abusos ainda não tinha sido construído. Em qualquer tribunal razoável, isto quereria dizer que as acusações feitas aos arguidos cairiam. Todavia, numa tentativa de obter a condenação dos vários arguidos, o Ministério Público apresentou um requerimento formal ao colectivo de juizes. Pediu que se fizessem mais de 40 alterações de datas, horas e locais ao despacho de pronúncia.

Este requerimento teve a oposição das equipas legais dos arguidos, mas os juizes acabaram por permitir, ao todo, 11 alterações, o que não deu aos acusados tempo para se defenderem das alegações substancialmente diferentes e que agora enfrentavam. O advogado de Carlos Cruz, Ricardo Sá Fernandes, disse nas suas alegações finais ao tribunal que a decisão de validar estas alterações trouxera-lhe 'a maior desilusão' da sua vida profissional. 'Para mim, esta decisão é incompreensível e só pode ser resultado de preconceito', disse.

Foram estas as circunstâncias em que os três juizes, que, no seu acórdão, se basearam na 'ressonância emocional' (p. 1223) das alegações que tinham sido feitas, e na 'ressonância de verdade' (p. 978) que teria emergido durante o julgamento, consideraram culpados os cinco arguidos mais famosos.

Mitos e fantasias

Para tentar compreender o que aconteceu em Portugal ao longo dos últimos seis anos, é

imprescindível colocar o escândalo numa perspectiva mais ampla.

Como escrevi no meu primeiro artigo sobre o escândalo da Casa Pia há sete anos, a ideia de que há uma rede de pedofilia centrada num lar de crianças, e que supostamente fornecia rapazinhos a personalidades importantes e a políticos, parece ter tido a sua origem na Inglaterra. Apareceu pela primeira vez em 1980, em relação ao lar de rapazes de Kincora, em Belfast Oriental. Voltou a aparecer em 1991 e formou uma parte significativa do escândalo de Bryn Estyn, que seria eventualmente levado ao Tribunal do País de Gales do Norte. Em 2008, uma história semelhante tornou-se a base do escândalo do lar de crianças de Haut de la Garenne em Jersey.

Nestes três casos, os chamados 'lares de crianças' recebiam, na realidade, sobretudo rapazes adolescentes. As alegações que foram feitas não vieram de crianças, mas foram antes obtidas retrospectivamente de jovens adultos.

É, porém, extremamente importante reconhecer que, em todos estes casos, havia um núcleo de realidade nas histórias que emergiram; em Kincora, em Bryn Estyn e em Haut de la Garenne, um pequeno número de jovens adolescentes foram abusados sexualmente por um ou dois funcionários. Não podem restar dúvidas de que tinham sido cometidos



crimes graves, que envolviam sérios abusos de confiança por parte de funcionários que tinham o dever de cuidar de jovens que, muitas vezes, eram emocionalmente vulneráveis.

Um dos problemas que dificultam que se enfrentem e impeçam abusos sexuais deste género é que há uma tendência generalizada em muitas sociedades ocidentais para negar a sua realidade. E esta tendência para negar a realidade dos abusos sexuais é duplamente perigosa. Por um lado, faz com que abusadores sexuais compulsivos escapem algumas vezes à justiça, com todas as consequências graves para as vítimas que isto implica. Por outro lado, leva frequentemente a que, por compensação, se tente exagerar a incidência e a gravidade dos abusos sexuais de menores.

Por outras palavras, a tendência que algumas pessoas têm, pelo menos no passado recente, para acreditar que o abuso sexual de menores não

acontece em toda a parte acaba por encorajar um pequeno número de activistas zelosos a afirmar que está a acontecer em todo o lado. Ao mesmo tempo, as atitudes de negação que levam a fracassos repetidos em investigar e levar a tribunal os abusadores sexuais são frequentemente mal interpretadas como se fossem tentativas deliberadas para os proteger e para ocultar os seus crimes. Assim, estas atitudes acabam por encorajar as teorias de conspiração que tantas vezes rodeiam a ideia dos abusos sexuais.

Isto foi, essencialmente, o que aconteceu no escândalo de Bryn Estyn, no norte do País de Gales, que investiguei durante muitos anos para o meu livro mais recente. O facto de um funcionário de confiança ter abusado sexualmente de rapazes durante alguns anos, sem ter sido objecto de suspeita e sem ser detectado, desencadeou um pânico moral quando veio ao conhecimento do público. Não tardou muito que a realidade do que tinha acontecido fosse ultrapassada pela fantasia de que um grande número de jovens inocentes estava a ser abusados no meio de uma conspiração diabólica.

Esta fantasia tornou-se rapidamente a base de uma cruzada virtuosa para condenar os alegados abusadores. Os jornalistas, em especial, desempenharam um papel de relevo na expansão da cruzada. Sempre que as investigações concluíam que essas ideias não tinham fundamento, as autoridades eram acusadas de colaborar num encobrimento. Para credibilizar estas acusações, disse-se que havia políticos, ou até mesmo polícias, que faziam parte da 'rede' que deviam investigar e que, portanto, tinham interesse em ocultar a sua existência. Afirmações deste género tinham sido feitas frequentemente durante a série de casos de abusos satânicos que começaram na Califórnia e varreram a América do Norte e a Inglaterra nos anos imediatamente anteriores à investigação no norte do País de Gales.

Quando são levados por este género de fantasia de virtude, jornalistas, assistentes sociais e polícias têm uma tendência para desvalorizar quaisquer provas que apontem para a inocência dos acusados. Essas provas serão rejeitadas, descredibilizadas ou, por vezes, ocultadas deliberadamente. Ao mesmo tempo, os investigadores e procuradores que se associam a este género de cruzada de purificação tendem a tolerar qualquer método de investigação, por mais perigoso ou dúbio que seja, desde que forneça evidência de uma acção condenável.

No caso do escândalo de Bryn Estyn, os polícias procuraram activamente antigos residentes do lar, que muitas vezes eram jovens adultos, experientes na vida da rua e com um longo cadastro de desonestidades. Ao fazerem perguntas capciosas em circunstâncias em que era bem sabido que quem

fizesse alegações de abusos sexuais teria à disposição uma avultada indemnização, estavam a fazer algo que era intrinsecamente perigoso. Isto foi reconhecido pelo juiz canadiano Fred Kaufman, quando investigou a série de falsas alegações feitas na Nova Escócia na década de 1990 e incitadas pela perspectiva de indemnizações. Como ele escreveu no seu relatório: 'Os queixosos de abusos sexuais não deviam ser considerados imunes às tentações e incentivos — particularmente monetários — que afectam os seres humanos em geral, só porque alegam abusos sexuais.'

O que o ambiente das indemnizações significou, na prática, foi que os polícias do norte do País de Gales conseguiram 'criar' as provas de que andavam à procura.

No norte do País de Gales, a ideia de que havia políticos que faziam parte das redes de pedofilia que se tinham supostamente infiltrado nos lares de crianças nunca passou da fase de boatos maliciosos. Mas, no caso de Bryn Estyn, isto não impediu que se desenvolvesse um pânico moral. O escândalo espalhou-se rapidamente, passando a fronteira galesa e alcançando as forças policiais vizinhas de Cheshire e Merseyside, e a partir daí o resto da Inglaterra. Entre 1990 e 2000, as operações de "pesca de arrasto" da polícia apanharam literalmente milhares de alegações de antigos residentes de casas de menores do Reino Unido. Como argumentei no meu livro *The Secret of Bryn Estyn: The Making of a Modern Witch Hunt* ('O segredo de Bryn Estyn: A construção de uma Caça às Bruxas moderna'), e também perante uma Comissão Especial da Câmara dos Comuns, toda a evidência sugere que 80 a 90% das alegações de abusos sexuais graves que tinham sido obtidas eram falsas.

A produção em massa de tais provas, todavia, cria um tipo especial de círculo vicioso. E isto porque, quanto mais publicidade um alegado crime atrai, maiores são as pressões para se obterem condenações — e obtê-las quase a todo o custo. Em casos que envolvem alegadas conspirações de pedofilia, a pressão é ainda maior. Porque se os investigadores e o Ministério Público não obtiverem condenações em casos deste género, arriscam-se a ser acusados de fazer parte da conspiração que estavam supostamente a denunciar — que eles próprios são pedófilos.

Passar dos limites

As pressões para defender a virtude são tão poderosas e tão coactivas a nível psicológico que, chegando a um certo extremo, tornam possível que investigadores e jornalistas 'passem dos limites'. A

integridade do processo normal de investigação é assim destruída e substituída pelas regras da caça às bruxas. Os jornalistas e investigadores passam então, deliberadamente, a interpretar mal os factos verdadeiros, ou até mesmo a fabricar provas que apontem para a culpabilidade dos acusados.

Um dos casos ingleses em que isto aconteceu foi o caso da creche de Shieldfield, em Newcastle, em que dois jovens auxiliares de uma creche, Dawn Reed and Chris Lillie, foram acusados falsamente de pertencerem a uma rede de pedofilia que não existia.

Tal como no caso do norte do País de Gales, estaria errado sugerir que nunca tinham acontecido crimes nas creches de Newcastle. Porque o abuso sexual de crianças muito pequenas, embora seja raro, não é tão raro como a maior parte das pessoas gostaria de crer. Como sucedeu com o escândalo de Bryn Estyn, este caso também se fundava num núcleo de realidade. Na semana imediatamente anterior à primeira acusação contra Chris Lillie, um jovem auxiliar de outra creche de Newcastle tinha-se declarado culpado de ter abusado sexualmente de várias crianças pequenas que estavam ao seu cuidado.

Este caso autêntico de abuso sexual levou uma mãe ansiosa e altamente sugestível a convencer-se, sem quaisquer provas em que se baseasse, de que o seu filho de dois anos e meio tinha sido abusado sexualmente por Chris Lillie. Comunicou as suas preocupações à polícia e aos assistentes sociais. Na sua ansiedade de evitar acusações de terem falhado na detecção de mais um caso de abuso sexual, os serviços sociais de Newcastle suspenderam Lillie imediatamente. Em seguida, convocaram uma reunião em que os pais das crianças foram informados de que ele tinha sido suspenso por causa de uma alegação de abuso.

No pânico moral que se seguiu, os pais ansiosos começaram a interrogar os seus filhos, com idades entre os dois e os três anos, e não tardaram a convencer-se que eles também tinham sido abusados sexualmente. Como Lillie trabalhava quase sempre com uma jovem, Dawn Reed, era necessário acusá-la também. Por esta altura, já os activistas locais contra os abusos de crianças tinham introduzido a ideia de que havia uma rede de pedofilia envolvida, e os pais convenceram-se, a partir de boatos e especulações, de que os seus filhos eram levados durante o dia por Reed e Lillie, para serem abusados para lá de umas

portas pretas, por uma rede oculta de pedofilia.

Quando Reed e Lillie, levados a tribunal, foram absolvidos em 1994, deu-se um motim na própria sala de audiências, provocado pelos pais, que acreditavam que eles eram pedófilos. Em consequência disto, a Câmara Municipal de Newcastle nomeou uma 'comissão independente' de quatro peritos dos serviços sociais, que, num relatório publicado em 1998, consideraram os dois arguidos culpados, passando por cima da decisão judicial. A certa altura, disse-se que Reed e Lillie tinham abusado sexualmente de umas 350 crianças pequenas.

Devido à reacção de linchamento gerada por este relatório e espicaçada pela imprensa, Reed e Lillie passaram á clandestinidade, receando pelas suas vidas. Nesta altura, o jornalista Bob Woffinden e eu resolvemos localizá-los. Assim fizemos e passámos muitos meses a analisar as provas deste caso. Tendo estabelecido que apontavam para a inocência de Lillie e Reed, encontrámos advogados dispostos a aceitar o caso.

Em resultado disto, as conclusões da comissão independente e da pediatra que examinou as crianças alegadamente vítimas foram examinadas pelo Supremo Tribunal durante um julgamento por difamação, que durou seis meses, e em que os dois auxiliares conseguiram provar a sua inocência.

Ao ser interrogada, a pediatra envolvida no caso, a Dr.^a Camille Lazaro, chegou a admitir que os seus relatórios sobre as crianças supostamente abusadas que foram entregues à Direcção das Indemnizações por Danos Criminais foram 'ampliados e exagerados'. O tribunal descobriu que outros elementos da sua prova, e do relatório compilado pela 'comissão independente', eram enganadores, desonestos ou mentirosos. Como escrevi nessa altura:

Uma e outra vez, usaram-se os fins para justificar os meios, e o que se tem chamado 'corrupção por uma causa nobre' triunfou – ou teria triunfado, se não fosse o julgamento por difamação.

Se acontece que, quanto mais nobre for a causa, mais provável é que gere desonestidades e enganar da parte de cidadãos normalmente honestos, então as alegações de abusos sexuais de crianças devem ser especialmente tendentes a levar exactamente ao tipo de inverdades que foram repetidamente desmascaradas no julgamento.



Outreau: o zelo de um juiz

No clima de medo que se criou à volta do abuso sexual de crianças e dos pedófilos, já houve em muitos países caças às bruxas parecidas com a que foi desencadeada contra Dawn Reed e Chris Lillie. Um pânico moral com as suas origens na Califórnia, na década de 1970, já se tinha espalhado, na década de 1990, a muitas partes do mundo anglófono. Também alastrou para a Escandinávia e para outras partes da Europa.

Um dos casos europeus mais notórios teve lugar em Outreau, no norte da França, há uns cinco anos. Foi ali que o jovem juiz Fabrice Burgaud se encontrou a investigar um caso de abusos sexuais dentro de uma família. Mas depressa se convenceu de que tinha dado com uma rede de pedofilia de amplas proporções. Correspondendo ao seu zelo acusatório, os dois arguidos no núcleo do processo tentaram diluir as suas culpas acusando os vizinhos. Admitiram mais tarde que o próprio juiz lhes tinha sugerido os nomes que tinham denunciado 'espontaneamente'.

Levado pela sua crença de que tinha descoberto uma conspiração de pedófilos, Burgaud mandou 13 pessoas para a cadeia, a maior parte das quais esteve presa três anos. Mas sete foram absolvidos num julgamento em Saint-Omer em 2004, e os seis restantes, que tinham recorrido da sentença, viram-na anulada em 2005. Durante este tempo, os pais foram separados dos filhos, e um dos arguidos suicidou-se. Num gesto sem precedentes, o Presidente Chirac enviou aos arguidos uma carta de desculpas, em que descreveu este caso como 'catastrófico', e prometeu uma reforma judicial.

Outreau é só um dos casos mais perturbadores numa vaga de literalmente centenas de casos baseados

em redes de pedofilia inexistentes. Quem estudou em grande pormenor o escândalo da Casa Pia, particularmente o jornalista de investigação português Jorge Van Krieken, não tem dúvidas de que esta onda de pânico moral chegou agora a Portugal.

Se se vier a provar que a análise que Van Krieken fez do caso está correcta, pode muito bem acontecer que o processo da Casa Pia venha a ser para Portugal o que o caso de Outreau foi para a França: um processo que obrigue a uma reforma radical de todo o sistema judicial.

Repórter X

Jorge Van Krieken, cujas investigações foram, até 2007, documentadas no seu site da Internet, ReporterX.net, é um jornalista *freelance* que preza a sua independência acima de tudo e que publicou muitos artigos sobre o escândalo da Casa Pia.

Em 2004 publicou um artigo no *24 Horas* sobre o aspecto talvez mais chocante de todo o processo — o papel desempenhado pelo 'álbum' de fotografias que tinha sido usado pela Polícia para obter alegações. Veio a saber-se que o mesmo álbum que fora usado para obter alegações contra Paulo Pedroso tinha sido usado contra todos os arguidos que depois foram a julgamento. A primeira edição do álbum, compilada no início do processo, tinha fotografias de umas 30 pessoas diferentes. A segunda edição tinha fotos de 84 pessoas, e a terceira edição continha 127 pessoas, cujos nomes foram quase todos divulgados.

Para o fazer parecer mais 'justo', o álbum supostamente incluía as fotografias de não suspeitos e suspeitos. As alegadas vítimas identificaram os homens que diziam tê-las abusado, apontando para fotografias, que incluíam o então Presidente da República Jorge Sampaio, o Cardeal Patriarca D. José Policarpo, o líder socialista Ferro Rodrigues, o futebolista Eusébio, artistas, animadores e uma quantidade de outras figuras, incluindo Paulo Pedroso, Herman José e os cinco arguidos mais conhecidos, que foram recentemente condenados.

O pormenor mais perturbador era que o álbum



também incluía jornalistas que tinham criticado a investigação. Quando estudou a lista das pessoas que foram incluídas na terceira edição, Van Krieken descobriu que aparecia lá, com o número 98. Ainda hoje considera que teve sorte, porque, talvez devido ao facto de

a sua fotografia ter sido acrescentada mais tarde ao álbum, não chegou a ser vítima de falsas alegações.

Mas o que a edição final do álbum demonstrou claramente é que Van Krieken já se tinha tornado num homem marcado. Em Fevereiro de 2006 foi objecto da atenção de todo o País, quando um dos seus artigos provocou uma busca da Polícia e a apreensão do seu computador.

Em Novembro de 2006, Van Krieken testemunhou no julgamento da Casa Pia a pedido da defesa. Durante o seu depoimento, declarou claramente que não era sua intenção apresentar factos novos ao

tribunal. O que queria era oferecer uma nova análise das provas que já estavam na sua posse.

De facto, a análise que Van Krieken fizera do processo da Casa Pia assenta em parte na sua análise de provas que já estavam na posse do tribunal. Tendo obtido cópias por via extra-oficial, passou centenas de horas a analisar as bases de dados informáticas e as listas de chamadas telefónicas em que se baseava a acusação da Casa Pia.

Ao depor no julgamento, Van Krieken chamou a atenção para o facto de, embora o Ministério Público tivesse pedido uma análise forense pormenorizada das listas de telefonemas que estariam supostamente no centro da acusação, o relatório com as conclusões da referida análise tinha desaparecido. Não fazia parte da documentação que o tribunal considerou.

Tendo feito por sua conta uma análise informática exhaustiva das listas de telefonemas em questão, que entregou ao Tribunal a seguir ao seu depoimento, Van Krieken acha que sabe a razão para tal. Afirma que qualquer análise completa aponta, não pela culpa dos acusados, mas para a sua inocência. E acredita que esta descoberta não foi comunicada pelo Ministério Público ao Tribunal, para garantir que os arguidos fossem condenados.

Quando, em resultado das investigações de Van Krieken, a existência do relatório acabou por ser reconhecida, o Procurador João Guerra tentou explicar a sua ausência do julgamento, dizendo que era uma ‘não-prova’. Van Krieken rejeita esta desculpa, e insiste que as regras de produção de prova foram desobedecidas e que o relatório devia ser apresentado ao Tribunal, precisamente porque demonstrava a falsidade da argumentação do Ministério Público.

Em resumo, chegou à conclusão de que o mesmo género de ‘corrupção por uma causa nobre’ que se viu em Inglaterra, no caso Shieldfield, pode encontrar-se no centro do julgamento da Casa Pia. O Ministério Público estava tão determinado em conseguir que os arguidos fossem condenados que, por vezes, foi levado a ignorar as regras estabelecidas para garantir que os julgamentos sejam imparciais e que os inocentes não sejam condenados. Falando comigo em

inglês, Van Krieken disse: ‘Se se cometem crimes em nome da justiça, isso é o pior que nos pode acontecer’.

Quando perguntei a Van Krieken se acredita que tanto Carlos Cruz como os outros quatro arguidos são

de facto inocentes, ele não hesitou. No que diz respeito às acusações que foram apresentadas em tribunal, disse, não há provas credíveis que liguem qualquer um dos cinco arguidos mais famosos a qualquer das alegadas vítimas. Na opinião de Van Krieken, a prova produzida sugere, em poucas palavras, que os Cinco do Processo da Casa Pia estão de facto inocentes de todas as

alegações feitas contra eles durante o julgamento.

As implicações do que afirma, se estão correctas, são enormes. Mas a pergunta mais importante que deriva delas é simples. Se as acusações contra os cinco homens que hoje protestam a sua inocência não têm qualquer fundamento, porque é que o escândalo se desenvolveu da maneira como foi?

Esta é a pergunta que creio que agora pode, e deve, ter resposta.



O TEXTO COMPLETO de *Casa Pia: a construção de uma caça às bruxas moderna* será publicado em formato de bolso em português no início de 2011.

O livro mais recente de Richard Webster, *The Secret of Bryn Estyn: The Making of a Modern Witch Hunt* ('O segredo de Bryn Estyn: A construção de uma caça às bruxas moderna') foi finalista do Prémio Orwell para escritos políticos. A sua biografia intelectual de Freud foi publicada em edição portuguesa em 2002 pela Campo das Letras, com o título *Freud estava errado. Porquê? Pecado, Ciência e Psicanálise*. Há também uma edição brasileira: *Por Que Freud Errou: Pecado, Ciência e Psicanálise*, publicada pela Editora Record em 1999.